

## O MOVIMENTO OPERÁRIO CARIOCA EM PERSPECTIVA NAS PÁGINAS DA REVISTA *GIL BLAS* (1919-1920)

Carlos Gustavo Nóbrega de Jesus<sup>1</sup>

**Resumo:** O artigo tem por finalidade apresentar vários segmentos do movimento operário no Rio de Janeiro, entre 1919 e 1920, por meio das páginas da Revista *Gil Blas*. Assim como podemos constatar a participação de nomes como Saul Navarro e José Oiticica, ligados a uma vertente operária revolucionária, notou-se, no mesmo espaço da revista, reivindicações trabalhistas ligadas às tendências conservadoras, contrárias às mobilizações grevistas e grupos que enveredaram por uma posição xenófoba-nacionalista, que se colocavam contra a presença de estrangeiros no seio do movimento.

**Palavras-Chave:** movimento operário; nacionalismo; revista *Gil Blas*; reivindicações trabalhistas.

### THE LABOR MOVEMENT IN RIO DE JANEIRO PROSPECT IN THE PAGES OF THE MAGAZINE *GIL BLAS* (1919-1920)

**Abstract:** The article aims to present several segments of the labor movement in Rio de Janeiro, between 1919 and 1920, through the pages of the magazine *Gil Blas*. As soon as we see the participation of names as Saul Navarro and José Oiticica, linked to an aspect of the workers revolutionary, it was noted that, in the same space of the journal, labor claims linked to trends conservative, contrary to the mobilizations strikers and groups that have engaged in a position-xenophobic nationalism, which is placed against the presence of foreigners within the movement.

**Keywords:** The labor movement; nationalism; magazine *Gil Blas*; labor claims.

---

\* Tal artigo é o primeiro resultado da pesquisa sobre o movimento operário nas páginas da Revista *Gil Blas*, desenvolvida no Departamento de História da PUC-SP, desdobramento da pesquisa de Doutorado: *Revista Gil Blas e o nacionalismo de combate*, financiada pela FAPESP, defendida no programa de História da UNESP de Assis, em 2011 e publicado pela Editora UNESP em 2013.

<sup>1</sup> Professor Doutor do Departamento de História da PUC-SP, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.  
E-mail: cnjesus@pucsp.br

## Introdução

Esse artigo tem por finalidade analisar como foram representados os vários segmentos do movimento operário no Rio de Janeiro, nas páginas da Revista *Gil Blas*, entre os anos de 1919 e 1920. Ao mesmo tempo que podemos constatar a participação de nomes como Saul Navarro e José Oiticica, ligados a uma vertente operária revolucionária, notou-se no espaço da revista reivindicações trabalhistas de tendências conservadoras, ou seja, contrárias às mobilizações grevistas, além de grupos que enveredaram para uma posição xenófoba-nacionalista e se colocaram contra a presença de estrangeiros no seio do movimento<sup>2</sup>.

*Gil Blas* foi um semanário que circulou, sem interrupção, no Rio de Janeiro entre fevereiro de 1919 e dezembro de 1923, totalizando duzentos números. É difícil precisar quem foi o efetivo proprietário e fundador de *Gil Blas*. Na capa estampava-se que a propriedade do semanário cabia à *Empresa Marques & C.* e que a impressão era levada a cabo na oficina gráfica do *Jornal do Brasil*. Mas, do primeiro ao último número Alcebíades Delamare foi o diretor responsável e redator chefe da revista, ou seja, aquele nome que esteve sempre à frente da publicação, durante todos os anos de sua circulação<sup>3</sup>. O fato de Delamare ter sido envolvido com movimentos tradicionalistas e nacionalistas contribuiu para que *Gil Blas* ficasse notabilizada por boa parte da historiografia por ser um periódico

---

<sup>2</sup> Segundo Claudio Batalha (2013:173-174) deve-se entender tais exigências a partir do posicionamento da classe operária frente à desilusão com o novo regime Republicano no começo do século XX.

<sup>3</sup> Alcebíades Delamare Nogueira da Gama nasceu em São Paulo, em 1888, e morreu no Rio de Janeiro, em 1951. Filho do professor Lamartine Delamare Nogueira da Gama, fundador do prestigiado Ginásio Nogueira da Gama, em 1910 foi Presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto e bacharelou-se na Faculdade de Direito de São Paulo. Em 1914 casou-se com Marina Queirós Aranha, filha do jurista e cafeicultor José Queirós Aranha. Doutorou-se em direito pela Universidade do Rio de Janeiro em 1917 e foi nomeado o primeiro promotor público da capital paulista, fazendo carreira na área. Em 1919, tornou-se professor de Direito Administrativo da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, cidade na qual se projetou com um renomado escritório de advocacia. Em 1909, lançou seu primeiro livro, *Primeiros ensaios*, no qual analisou obras do poeta Augusto Franco e de Silvio Romero. Em 1917, Delamare publicou a tese que apresentou na Universidade de Direito no Rio de Janeiro; denominada, *Economia, Política, Direito Administrativo e Finanças*. Entre 1918 e 1920, publicou *Epanaphoras Sociais*. A obra dividida em 3 volumes consistia na tese apresentada no concurso para professor da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Em 1923, publicou *Momentos Nacionalistas*, coletânea de discursos de Epitácio Pessoa e textos em defesa de sua administração governamental. Em 1921, disputou a eleição para Intendente do Conselho de Intendência da Capital Federal pelo 1º Distrito do Rio de Janeiro, mas foi vencido por Nicanor Carvalho. Nesse mesmo ano foi nomeado, por Decreto do Presidente Epitácio Pessoa, Fiscal dos Bancos do Rio de Janeiro e foi promovido, no ano seguinte, a Sub-Inspetor Geral de Bancos (Cf. COUTINHO e SOUZA, 2001: 583; MENEZES, 1969: 297).

conservador nacionalista (Cf. VELLOSO, 1978; OLIVEIRA, 1990: 145; SOBRINHO, 1968: 476; MOTTA, 1992: 19; BEIRED, 1999: 33, TRINDADE, 2001: 2808; DEUSTCH, 1999: 116)<sup>4</sup>. Porém, a partir da pesquisa dos seus duzentos números se pôde notar que o semanário teve fases e posturas distintas durante seus quatro anos de vida (Cf. JESUS, 2012). Tal conclusão permitiu que, a partir de 2015, se desenvolvesse uma nova investigação, para se aprofundar nos artigos referentes à causa operária do periódico. Após a análise de tais matérias buscou-se defender a hipótese de que, na primeira fase de *Gil Blas* suas propostas editoriais bem como as posturas ideológicas do movimento operário no Rio de Janeiro, ainda não estavam muito bem definidas, situações que auxiliaram a atrair para suas páginas, contribuições de intelectuais e militantes da causa operária, de tendências políticas e ideológicas diversas.

Para tanto buscou-se abordar a revista a partir das práticas historiográficas devotadas aos periódicos, tema que ganhou espaço nos anos 1980, com a denominada “nova história cultural” e terceira geração dos *Annales*, e que hoje conta com fortuna crítica vasta. A partir de então as fontes ligadas à imprensa deixaram de ser coadjuvantes para preponderar enquanto objeto das pesquisas acadêmicas. Estudos como o *Bravo Matutino* (1980) de Maria Helena Capelato e Maria Ligia Coelho Prado, no qual se analisou o jornal *Estado de S. Paulo* como fonte e objeto, evidenciam a importância dessa nova forma de abordagem historiográfica. Com isso, jornais, revistas e almanaques, utilizados como documentos históricos e fontes principais da pesquisa, foram submetidos à análise e

---

<sup>4</sup> Delamare teve atuação ativa em movimentos de cunho nacionalista e católico. No ano de 1920 foi o idealizador da *Ação Social Nacionalista* (ASN), órgão fundado no Rio de Janeiro e que reuniu uma série de outros movimentos nacionalistas. Criado nos rastros das ligas, como a *Liga da Defesa Nacional* (1916) e a *Liga Nacionalista de São Paulo* (1917), a ASN era presidida por Afonso Celso e tinha Epitácio Pessoa no cargo de presidente de honra. Em 1921 ajudou a criar o *Apostolado Nacionalista*, do qual foi presidente de honra. Ligado à ASN, o movimento era dirigido por Astrigildo de Azevedo e tinha como objetivo unir catolicismo e nacionalismo. Em 1922, Delamare esteve entre os sócios fundadores do *Centro Dom Vital* e exerceu, a partir daí uma forte militância católica. Na década de 1930 esteve ligado também a outros movimentos como a *Ação Imperial Patrionovista* e *Ação Integralista Brasileira*, da qual atuou como advogado e procurador. A partir desse momento, aliado a militância do movimento Integralista, dirigiu seus estudos às cidades e biografias históricas brasileiras, publicando obras como *Villa Rica*, em 1935 e a coleção *Ciclo dos Descobridores* em 1936. Nos anos 1940 fez parte do Diretório Nacional do *Partido de Representação Popular* (PRP), fundado por Plínio Salgado, que reagrupou os ex-integrantes do Integralismo. No decorrer de sua vida colaborou em jornais cariocas como: *Jornal do Comércio*, *A Gazeta de Notícias*, *União*, *O Jornal* e *A Tarde*, e em São Paulo escreveu no *Vida Moderna*.

deixaram de ser tomados como portadores imparciais da realidade e do acontecimento, num registro próximo ao positivismo (CAPELATO; PRADO, 1980: XIX).

Não se pode esquecer que, como ocorre com qualquer outro documento, os periódicos representam uma realidade que, por sua vez, está atravessada por interesses dos mais diversos níveis e pelos valores de seu tempo, o que exige tratamento rigoroso, tal como o destinado a qualquer fonte histórica. Sua localização no contexto histórico e social é pré-requisito para compreender não só os objetivos editoriais da publicação, mas também as práticas culturais e sociais de seus colaboradores. Por outro lado, esse tratamento historiográfico tem suas regras específicas, caso, por exemplo, da materialidade do impresso, ou seja, “sua aparência física (formato, tipo de papel, qualidade de impressão, capa, presença/ausência de ilustrações) (...), a publicidade, o público a que visava atingir e os objetivos propostos” (LUCA, 2006: 142). Peculiaridades que fazem do trabalho com os periódicos uma pesquisa minuciosa, na qual os detalhes, ou o que Carlo Ginzburg (1990: 143-170) denominou de indícios e sinais, podem fazer toda diferença. Nesse sentido, deve-se levar em conta que as revistas podem ser vistas como espaço de fermentação cultural e de agregação em torno dos quais se compartilham posturas políticas, ideológicas e/ou culturais. A partir destes, é possível estudar a disseminação não só de ideias comuns, mas também a trajetória das mesmas ao longo do tempo (SIRINELLI, 1996: 248-250). Clara Rocha (1985: 34-35), afirma que revistas são:

(...) um lugar de afirmação dum grupo- que pode constituir-se como geração, tendência ou mesmo vanguarda, mas não forçosamente. Isto é: como lugar de encontro de espíritos criadores mais significativos de um momento (...); ou então daqueles que ainda desconhecidos do grande público, pretendem lançar-se no meio literário através dum órgão coletivo.

De acordo com tais propostas pretende-se mostrar que em seus primeiros anos de circulação, a revista *Gil Blas* também foi um polo agregador de posicionamentos diversos do movimento operário presente na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, principalmente entre os anos de 1919 e 1920. Nota-se, nesse momento, uma gama de iniciativas expressas em artigos que variavam do “sindicalismo revolucionário”, que conservava elementos do anarquismo e do marxismo (TOLEDO, 2002: 7-8); do sindicalismo conservador que buscava direitos sociais, defendendo para tanto a manutenção

da ordem política<sup>5</sup>; e finalmente, de um outro segmento, específico do movimento operário carioca, o nacionalista xenófobo- antilusitano.

Desta forma pode-se dizer que o estudo dos artigos e seções da revista que tratavam do tema “operariado” nos auxilia a ter um panorama substancial, não só do ecletismo das contribuições de grupos operários nas páginas da revista, mas também, de algumas propostas que direcionavam parte do movimento dos trabalhadores do Distrito Federal, no início dos anos 1920.

### **A revista Gil Blas e o nacionalismo no Rio de Janeiro**

*Gil Blas* surgiu em fevereiro de 1919, mas como já se afirmou aqui é difícil precisar quem seriam os responsáveis legais pela revista e quais seriam suas reais fontes de financiamentos; no entanto ao longo da análise aprofundada de seus duzentos números pôde-se identificar seus idealizadores e colaboradores, além de aventar hipóteses de suas principais fontes de financiamentos<sup>6</sup>.

A revista nunca informou sua tiragem e tampouco o número de assinantes. Assim, pode-se supor que, pelo menos a princípio sua fonte de renda vinha dos anúncios publicitários. De início, a revista reservava as duas últimas páginas para propaganda. Ocupavam essas páginas companhias de navegação (*Companhia de Navegação Transatlântica-Sociedade Anônima Martinelli*, *Companhia Nacional de Navegação Costeira*, *Companhia Prado Chaves*: Comissária e exportadora de café de São Paulo e *Lloyd Brasileiro*), empresas de seguro (*Sul América Seguros*), casas lotéricas (*Loterias Capital*, *Loterias do Estado do Rio de Janeiro*, *Loterias do Estado do Rio Grande do Sul* e *Loterias de São Paulo*), bancos (*Banco Holandês na América do Sul*), remédios e tônicos (*Lecitinol-Tônico* contra tuberculose e *Bromil-Cura* tosse), casas de móveis (*Móveis Mundial* e *Casa Paulista* - venda e compra de móveis usados) e indústrias importantes (*Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo Sociedade Anônima*). Tal situação modificou-se a partir do número 109, de 10 de março de 1921, quando se anunciou que se iria “suprimir

---

<sup>5</sup> Dentro desta perspectiva “qualquer forma de mobilização ou pressão era vista como prejudicial à obtenção dos direitos pleiteados” (BATALHA, 2013: 177).

<sup>6</sup> Uma análise mais aprofundada de tais características bem como da materialidade do semanário não são os objetivos primordiais desse texto já que encontram de forma detalhada no livro *Revista Gil Blas e o nacionalismo de combate* (2012: 17-25).

grandes anúncios, só aceitando pequenos reclames no texto”. O espaço, antes ocupado pelas propagandas, doravante seria destinado às propostas do semanário, já que *Gil Blas* era “um órgão meramente doutrinário, sem fins lucrativos, nem mercantis” (AO PÚBLICO..., 1921: 9)<sup>7</sup>. A publicidade foi reduzida a pequenos anúncios que não tomavam parte significativa de uma página inteira, mas a revista continuou circulando normalmente, o que nos permite dizer que *Gil Blas* tinha outros tipos de financiamentos.

A informação que era um “órgão doutrinário” nos pareceu um indício para levantar algumas hipóteses a respeito do semanário e seus objetivos. Deve-se levar em conta que *Gil Blas* surgiu em meio à sucessão presidencial e num contexto histórico marcado pelo crescimento do ideal nacionalista.<sup>8</sup> A necessidade de forjar uma nação capaz de responder aos desafios do seu tempo, era consoante com o contexto mundial, marcado pelas disputas entre as grandes potências europeias, e com a aproximação do Centenário da Independência. Entretanto, não havia acordo quando se tratava de identificar e propor soluções para os males e problemas do país: as respostas divergiam e os caminhos propostos seguiam rotas distintas, em função dos interlocutores e seus lugares sociais.

Não se pode esquecer que o termo nacionalismo não comporta um sentido único. Benedict Anderson (1989: 20) conceituou a nação como uma “comunidade imaginada”, pelo fato de ser forjada e, pelo menos aparentemente, organizada a partir de interesses comuns, num processo nem sempre consciente. Tal assertiva evoca o que Hobsbawm (1984: 15) denominou de “tradições inventadas”, ou seja, a produção de um passado que

---

<sup>7</sup> Em boa parte dos artigos que não tem autores identificados irá se adotar as normas da ABNT NBR10520:2002 para citação de documentos sem indicação de autoria “pela primeira palavra do título seguida de reticências seguida da data de publicação do documento e da (s) página (s) da citação, no caso de citação direta, separados por vírgula e entre parênteses” (BRASIL, 2002: 5).

<sup>8</sup> O título *Gil Blas* remete ao romance homônimo de René de Lesage, publicado no século XVIII, a um jornal (1879-1914) e uma revista francesa (1891-1903). Lesage (1668 -1747), novelista e dramaturgo francês, autor de várias peças e novelas satíricas, escreveu *Gil Blas de Santillane*, considerada sua principal obra. Escrita entre 1715 e 1747, em quatro volumes, a novela narra as aventuras de *Gil Blas*, filho de escudeiro de Oviedo (Espanha), que pretendia estudar em Salamanca. Juntamente com Miguel de Cervantes, Lesage ocupa lugar de destaque na criação de romances de anti-heróis e pícaros, razão pela qual sua obra é frequentemente comparada a *Dom Quixote*. O semanário francês *Le Gil Blas*, por sua vez, foi um jornal literário de Paris, fundado por Augustin Alexandre Dumont, que contou com colaboradores expressivos, como Guy Moupasant, Paul Arène, Charles Desteuque, René Maizeroy, Anatole France e Émile Zola. O último publicou, nas páginas do jornal, sob forma de folhetins, *Germinal* (1884) e *L'oeuvre* (1885). A partir de 1891, o jornal distribuiu aos assinantes, um suplemento semanal, com a direção de René Mizeroy. Assim surgia a revista *Gil Blas Illustré*, que se tornou mais conhecida que o próprio jornal. Para saber mais da relação da revista com o romance e congêneres francesa conferir *A Revista Gil Blas e o nacionalismo de combate* (JESUS, 2012: 26-27).

reivindica símbolos, valores, bandeiras e hinos, numa legitimação que se faz a partir da história, relida e rearranjada de acordo com as necessidades do momento.

Tais considerações possibilitam perceber que, pela sua própria natureza, o conceito de nacionalismo pode ser entendido como uma apropriação histórica e cultural de valores e tradições por diferentes tendências do espectro político. Isso explica seu caráter abrangente e ambíguo, passível de diferentes apropriações o que fica patente, aliás, nas páginas de *Gil Blas*, publicação na qual se propunham modelos e soluções diferenciadas para a nação (Cf. JESUS, 2012: 13-18)<sup>9</sup>, o que pode explicar a definição da própria revista como um “órgão doutrinário”. No entanto, tal doutrinação também pode ser entendida a partir de uma chave de leitura que indique o intuito de divulgação e defesa de uma política partidária, já que se encontrou na revista uma série de artigos nos quais se defendia abertamente o Governo de Epitácio, além de se fazer propaganda de suas iniciativas administrativas na condução da nação (Cf. O REGRESSO..., 1919: 11; RECONHECIMENTO..., 1919: 3; A RÉPLICA..., 1919: 17-8; O REGRESSO..., 1919: 2; A POSSE..., 1919: 5; SR EPITÁCIO..., 1919: 13).<sup>10</sup> Essa situação aliada ao fato de uma comprovada ligação de Delamare com o Presidente Epitácio Pessoa, que inclusive o nomeou por decreto Fiscal dos Bancos do Rio de Janeiro e o promoveu, no ano seguinte, a Sub-Inspector Geral de Bancos, nos deu indícios de que *Gil Blas* possa ter funcionado, desde 1919, como órgão de propaganda e divulgação do Governo Federal e por isso ter recebido incentivos financeiros para continuar funcionando.

Por isso, julga-se que a adoção de intentos distantes das iniciativas presidenciais por colaboradores desavisados e o enfrentamento de proposituras acerca do nacional gerou tensão nas páginas da revista, levando às novas mudanças. No ano de 1921, o nacionalismo da revista passou compartilhar espaço com o catolicismo, numa transformação complexa, da qual não estiveram ausentes os interesses pessoais do diretor, situação que possibilitou denominar tal momento como fase de transição de *Gil Blas*. Já nos dois últimos anos da revista (1922-23) ficou evidente a mudança do periódico em direção ao catolicismo, que encerrou sua circulação como publicação de cunho religioso. A hipótese levantada foi de que o fechamento de *Gil Blas* esteve intimamente ligado à falta de financiamento do

<sup>9</sup> Sobre o caráter ambíguo do nacionalismo, ver HOBBSAWM (2004: 11-22).

<sup>10</sup> Situação que pode ser comprovada pelos títulos dos artigos como: *A Política do novo governo*; O regresso do novo Presidente; A réplica dos triunfadores; O regresso do Sr. Epitácio Pessoa; A posse do novo Presidente. Não é o objetivo de tal artigo se aprofundar sobre o tema, mas informações conferir JESUS (2012: 52-89).

Governo Federal já que em 1922 findou a administração Epiácio Pessoa. Além disso, houve uma mudança do perfil da revista que se revelou exclusivamente católico, o que talvez não interessaria aos novos donos do poder político nacional.

Assim, como pôde-se notar buscar uma definição única para revista *Gil Blas* como fez a historiografia até o momento é uma propositura equivocada, pois a pesquisa revelou que a publicação foi dinâmica e dialogou com várias iniciativas ao longo de sua história, inclusive com as esferas do poder. Por outro lado, é difícil não arriscar a dizer que o semanário teve uma tendência a se enveredar por iniciativas conservadoras e excludentes, como o nacionalismo e a militância católica, que particularizaram a leitura do nacional no Rio de Janeiro e que, em algumas de suas vertentes, ganharam ares de oficialidade por se tornar uma política do Governo Epiácio Pessoa, da qual a revista se tornou porta voz ao longo de sua história.

Nesse sentido deve-se mencionar um dado que pode reforçar tal afirmação, de que o montante de 3468 textos mais os 464 distribuídos ao longo das seções, num total geral de 3932 63,4% não eram assinados, ou seja, eram de responsabilidade da direção revista, ou seja, de Alcebiades Delamare, abertamente adepto de posturas conservadoras, nacionalistas e católicas, além de membro do Governo Epiácio Pessoa.

**Tabela I**

<b>Nº de artigos</b>	<b>Autor</b>	<b>Porcentagem</b>
66	Afonso Celso	1,9%
60	Alcebiades Delamare	1,7%
51	Álvaro Bomílcar,	1,4%
48	Arthur Gaspar Vianna	1,3%
31	Oscar Abrantes	0,89%
28	Domingos Castro Lopes	0,8%
23	Felício dos Santos	0,66 %
20	Astrigildo Azevedo, Maria Junqueiro Schmidt.	1,7%
17	Nuno Pinheiro, Victruvio Marcondes	1,4%
16	João Cezimbra Jaques,	0,4%
15	Francisco de Paula Machado, Henrique Watson, Gastão Franca Amaral	1,2%
14	Raymundo Magalhães	0,4%
13	Padre Assis Memória	0,3%
12	Francisco Coelho de Paula, José Thomaz de	1,3%

	Mendonça, Pinheiro Távora, Silva Filho	
11	Lacerda de Almeida, Saul Navarro	0,6%
9	Carlos Maul, Leôncio Mouzinho, Themudo Lessa	0,5%
8	Centro Marítimo Nacionalista, Frederico Villar	0,4%
7	General Pedro Carolino, Jackson Figueiredo, José Júlio Soares, Propaganda Nativista, Raul Damázio	1%
6	José Oiticica, Maria Rosa Ribeiro	0,3%
5	Abulquerque Gondim, Antônio Torres, Eurico Dias Martins, Frederico Runte, França e Silva, Ildefonso Oliveira, Rolfo Aragão, Trajano de Almeida	1,1%
4	Basílio Magalhães, Gomide Junior, João Ribeiro, Lincoln Souza, Mario Deval, M. F., Miguel Mello, Moacir Chagas, Oswaldo Lynch, Ramalho Ortigão, Cândido Figueiredo	1,2%
3	Almeida Cavaca, A. Thompson, Centro Católico Nacionalista, Cônego Mello Lulla, Mario Pinto Serva, Pinheiro Viesgaz, Perillo Gomes, Sebastião Ferrara, Tenente Gumercindo Portugal Lorette, Vesmodo,	0,8%
2	Álvaro Sobral, Camillo Prates, Pinto Oliveira, Luiz Gomes, Álvaro Muller, Leopoldo Santos, Augusto, Barbosa, Accacio Murtha, Jacobino Esportivo, Symphronio dos Santos, Padre Silvério, Padre Gustavo Locher.	0,6%
Autores com apenas um artigo assinado	245	11,1%

Nota-se que, em seus quatro anos de circulação, a maioria dos colaboradores de *Gil Blas* assinou apenas um artigo (11,1% do total), o que demonstra que o corpo fixo de colaboradores era escasso e que a efetiva responsabilidade dos textos ficava a cargo da redação da revista. Fortalece essa interpretação o fato de Afonso Celso e Álvaro Bomfílcar, dois nomes que mais colaboraram na revista (fora o diretor Delamare) se responsabilizaram por um porcentual muito baixo de matérias assinadas (1,9 e 1,7%)<sup>11</sup>.

<sup>11</sup> Sobre a participação de Afonso e Celso e Álvaro Bomfílcar na revista conferir JESUS (2012)

Com isso pode-se dizer que *Gil Blas* refletia o perfil doutrinário de seu diretor, no entanto, deve-se destacar que esse perfil variou, não se estagnou somente no nacionalismo, como destacou a historiografia até então, oscilou ao longo tempo entre várias vertentes do ideal nacional, dos interesses políticos do Governo Federal e da militância católica.

Na verdade, essa busca por um modelo para nação fez parte de uma política de Estado, alvo da chamada República Velha, desde seus primórdios, que aventou forjar a identidade não só do país, mas do novo regime, a partir de símbolos construídos em busca de uma legitimidade política (Cf. CARVALHO, 1990). Nessa segunda fase da pesquisa sobre o periódico se pôde constatar que o nacionalismo propagado nas páginas de *Gil Blas* foi, até a instalação do Governo Vargas, o discurso que mais proximidade teve com as propostas e a leitura de nação da Primeira República. Essa relação consubstanciada pela aproximação do editor-diretor e de colaboradores da revista com as esferas do poder, nos permite até mesmo afirmar que, por anos, foi esse grupo, envolvido com movimentos como *Ação Social Nacionalista* e *Propaganda Nativista*, (dos quais o presidente Epitácio Pessoa era militante) o legitimado pela Federação para se pensar a nação. Tal situação fica evidente pelas atas das reuniões do grupo na Biblioteca Nacional, publicadas na revista (Cf. CELSO, 1920: 4; CELSO, 1920:5; CELSO, 1921:1). Assim, numa escala de comparação, da mesma forma que o IHGB foi o centro irradiador de produção do que deveria ser o Brasil no Império, os intelectuais da revista *Gil Blas*, com a legitimidade da República Velha, fizeram da Biblioteca Nacional o centro nervoso para pensar a nação antes dos anos 1930.

Mas uma questão levantada na atual pesquisa é: por que tais intelectuais foram esquecidos pela historiografia? A hipótese é que, com o Governo Vargas houve a preocupação em se validar uma leitura de nação que estivesse mais próxima de suas propostas, o que ficou claro pela legitimação dos intelectuais modernistas, que inclusive assumiram vários cargos administrativos da política varguista (Cf. FONSECA, 2005: 81-130). Por mais que não houvesse uma afinidade política ideológica entre a maioria dos modernistas com o Estado Varguista, o discurso da miscigenação das três “raças” como uma característica da identidade nacional brasileira, cairia muito bem para política populista que viria ser a marca daquele governo. De posse de uma organizada máquina de propaganda, Vargas solidificou esse e demais discursos na mentalidade nacional, a ponto da

miscigenação e a mistura de raça ser até hoje sinônimo de identidade nacional brasileira. Para garantir a legitimidade de tal prática, seria essencial obscurecer e indeferir aqueles discursos que tinham, algum dia, sido tomados como oficiais. Assim, coube aos intelectuais que comungaram de propostas e deram voz a “antiga” República- entre eles os da revista *Gil Blas* - o esquecimento ou a readequação aos novos grupos que conseguiriam sobreviver no período varguista<sup>12</sup>.

É dentro desse contexto da tentativa de construção de um discurso de identidade da recém-instalada República, que se buscou entender como as reivindicações operárias encontraram espaço na revista, a tornando polo agregador de propostas variadas do segmento operário carioca, na segunda década do século XX.

### **O tema “operariado” nas páginas de Gil Blas**

O processo de modernização de cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, contribuiu para a renovação da imprensa e para diversidade de jornais e revistas:

O Rio de Janeiro da década de 1920 definitivamente “civilizara-se”, pelo menos no dizer dos cronistas da época. As revistas de críticas e costumes que proliferavam pela cidade – *Revista da Semana* (fundada em 1900), *Fon-Fon* (criada em 1908), *Careta* (1907), *O malho* (1902), apenas para citar as mais importantes-abrem espaço para o *footing* na Avenida Central, para as festas na Beira Mar, para os torneios que reúnem as elites mundanas. A quantidade de publicidade- ocupando habitualmente as quatro últimas páginas, além dos anúncios que se distribuem ao longo de todas suas publicações-indica um público ávido por consumo e modernidade (BARBOSA, 2007: 57).

No Rio de Janeiro da década de 1920, onde *Gil Blas* era publicada, circulavam mais de oitocentos periódicos, indício do sensível crescimento do público leitor na época, registrado no censo que apontava o aumento da população alfabetizada (Cf. BARBOSA, 2007: 58). Nelson Werneck Sodré (1999: 275) descreveu este momento como o de marcante especialização e modernização da imprensa, “um processo de passagem da pequena para a grande imprensa”, quando periódicos “de estrutura simples e as folhas

---

<sup>12</sup> Vários colaboradores de *Gil Blas* entre eles até mesmo seu diretor, Alcebíades Delamare, nos anos 1930 se filiaram á outros grupos e movimentos, como o Integralismo e ou ao Centro Dom Vital.

tipográficas cederam lugar às empresas jornalísticas, com estrutura específica, dotadas de equipamento gráfico necessário ao exercício de sua função (...)”. A referida profissionalização contribuiu para o aprimoramento dos periódicos do começo do século XX, que se valiam das novas técnicas e estratégias para alcançar um crescente mercado consumidor.

A grande variedade de temas tratados era uma das marcas desses impressos, com “apelo conotativo de sua atualidade, garantindo o interesse consumidor, ávido de informação ligeira, diversificada e, acima de tudo, ilustrada”. De fato, “(...) de variedades praticamente todas o eram, pois em seu interior os assuntos e as seções se diversificavam para agradar o respectivo público alvo e aquele que poderia conquistar” (MARTINS, 1999: 275). O caráter cada vez mais segmentado do mercado letrado contribuiu para que surgissem publicações voltadas para públicos específicos: revistas agrícolas; étnicas, masculinas, femininas, infantis e de esporte. Esse amplo universo comportava, ainda, revistas comprometidas com ideários políticos, nesse sentido as publicações operárias, em geral efêmeras e vítimas de repressão policial, compuseram parte desse subcampo editorial. Pequenas folhas, feitas por abnegados, de maneira artesanal e sob influxo das mobilizações, circularam em São Paulo e no Rio de Janeiro, principais centros industriais do país. A preferência era dada aos jornais, mesmo assim, pode-se citar, entre outras, em 1914, a circulação de revistas, como, *A Vida* (1914-1915), dirigida por José Oiticica e, em 1920 a *Clarté* (RJ/1920-1922), fundada por Nicanor Nascimento e um grupo de intelectuais da *Liga Socialista*<sup>13</sup>.

No entanto, fica difícil encaixar *Gil Blas* dentro desse perfil, pois apresentava uma grande diversidade de temas. Para fornecer um quadro completo dos artigos publicados em *Gil Blas* as matérias foram classificadas em 13 grandes rubricas, conforme a tabela abaixo:

---

<sup>13</sup>“A predominância do jornal em detrimento da revista é explicada pelo caráter doutrinário daquela imprensa, voltada para a propaganda ideológica e não publicitária, trabalhando na adversidade e clandestinidade. O jornal vinha como recurso mais oportuno que o periódico revista, fosse por sua periodicidade, diária, impressão simplificada, sem sofisticação e o custo da imagem e, finalmente, pela facilidade de distribuição e manuseio. Acrescente-se que, em princípio e por princípio, aquela produção não se colocava como jornalismo de mercado” (MARTINS, 1999: 388). Sobre os jornais operários, Cf. FERREIRA (1978: 87-144).

**Tabela II<sup>14</sup>**

<b>Temática</b>	<b>Nº de artigos assinados (%)</b>	<b>Nº de artigos não assinados (%)</b>	<b>Total de artigos na publicação (%)</b>
Nacionalismo	551(41,5%)	774 (58,5%)	38,2%
Política Nacional	115 (23%)	385 (77%)	14,4%
Catolicismo	113 (29.8%)	265 (70,2%)	10,8%
Política Regional	54 (17, 7%)	233(82,3%)	8,2%
Literatura	195 (68,8%)	91 (31,2%)	8,2%
Sociedade	123 (45,3%)	148 (54.7%)	7,8%
Política Internacional	38 (36,8%)	65 (63,2%)	2,9%
Cultura	40 (43%)	53 (57%)	2,6%
Operariado	44(53%)	39 (47%)	2,3%
Economia	28 (44,4%)	35 (55,6%)	1,8%
Educação	17 (34, 6%)	32 (65,4%)	1,4%
Esporte	9 (37,5%)	15 (62,5%)	0,6%
Saúde	(2) 33,3%	4 (66,7%)	0,1%

Nota-se que a rubrica “operariado” é uma entre tantas que aparecem na revista, e, dentre essas, mais de 30 % dos artigos foram publicados no primeiro ano de circulação de *Gil Blas*, quando inclusive existiu uma seção para tratar do tema, denominada *Momento Social*.

Acredita-se que tal situação estava intimamente ligada à conjuntura nacional e internacional, marcada pela guerra na Europa, que incentivou a substituição de importações, pela Revolução de 1917 na Rússia, e as modificações econômicas em algumas capitais (principalmente o avanço do processo de industrialização, que ainda se restringia aos bens de consumo não duráveis), situações que colaboraram para que, as primeiras décadas do século XX, fossem marcadas por manifestações sociais, greves e reivindicações, nas quais os operários lutavam por melhores condições de trabalho (Cf. BATALHA, 2000: 39).

Parte das lideranças abraçavam o anarquismo e o socialismo e, a partir de 1922, o comunismo, situação que alarmava as classes dirigentes do país, que tinha que enfrentar crescentes mobilizações que poderiam colocar em xeque a ordem institucional, uma das

<sup>14</sup> Deve-se ressaltar que tais rubricas indicam as temáticas dominantes, uma vez que, num mesmo artigo, tratava-se de assuntos diversos. O objetivo foi o de fornecer um panorama dos temas tratados na revista. É importante, contudo, lembrar que tal classificação não é rígida, pelo contrário, depende do olhar de quem classifica.

bandeiras republicanas naquele momento. De fato, desde os primeiros anos do século XX, ou seja, desde os primórdios do mundo industrial, registraram-se medidas repressoras que visavam resolver “o problema operário”<sup>15</sup>.

Os piores temores pareciam ganhar concretude com as greves de 1917 e 1919, que colocaram a questão do trabalhador assalariado urbano na ordem do dia e, por conseguinte, na arena política.

Ao levarmos em consideração que *Gil Blas* era porta voz do Governo Federativo de Epitácio Pessoa não é de se estranhar que o tema “operariado” aparecesse na revista a partir de uma crítica às manifestações sociais dos trabalhadores, como realmente aconteceu com alguns artigos. Tal problemática era tratada, algumas vezes, de forma personalista, ou seja, associada ao nome de alguma figura expressiva da política ou da sociedade brasileira, preferencialmente opositores ao governo federal. Foi o que aconteceu com Rui Barbosa, inimigo político de Epitácio Pessoa, apresentado de forma negativa, taxado de inimigo do país por ser supostamente “ligado às ideologias internacionais, como o comunismo e o anarquismo” (DE JUIZ..., 1919:1), tido como “adepto de teorias bolcheviques” e à causa do operariado (SE NÃO..., 1919: 1).

Comparações no mínimo despropositadas quando se leva em conta o posicionamento político ideológico do jurista baiano. Ele comprometia-se com uma postura progressista, próxima da liberal democracia, era favor da descentralização política, da liberdade individual, da política democrática, mas salientava a importância da ordem. Para tanto defendia o fortalecimento de um Poder Judiciário que pudesse garantir as liberdades civis e os direitos individuais.<sup>16</sup> Mesmo que, em sua campanha para Presidência da República, em 1919, tenha apresentando sugestões para resolver a questão social do operariado e dirigido boa parte de seus comícios para a classe trabalhadora, a apologia ao controle social, ao respeito restrito às leis e a ordem, o distanciava muito das posturas revolucionárias (Cf. GONÇALVES, 2000: 139-170). Em um comício, no Teatro de

---

<sup>15</sup> Pode-se destacar O Decreto 1641, chamada Lei de Expulsão dos estrangeiros, do Senador Adolfo Gordo, de 1907, que “regularia a expulsão dos estrangeiros envolvidos em movimentos de contestação social que comprometessem a segurança nacional ou tranquilidade pública” instituindo um processo sumário sem chances efetivas de defesa dos acusados (Cf. DULLES, 1977: 28; BATALHA, 2000: 43).

<sup>16</sup> “(...) o liberalismo em Rui Barbosa é resultante de uma tensão, não de uma síntese, das reivindicações simultâneas do respeito à lei, à liberdade, à ordem, à razão, ao indivíduo e da intervenção do Estado e das concessões sociais” (ROCHA, 1995:5). Sobre o caráter progressista de Rui Barbosa, conferir SANTOS (2005: 85-120).

Politeama, na Bahia, Rui Barbosa chamou atenção para as revoluções sociais que ocorriam ao redor do mundo, salientando que, o mesmo poderia acontecer no Brasil caso o governo não acabasse com a corrupção e a opressão social no país, deixando bem claro que não era favor de movimentos revolucionários (Cf. BARBOSA, 1956: 32).

No entanto, tais propostas não passaram despercebidas em *Gil Blas*, já que seus comícios foram alvos sistemáticos de condenação na revista, que tentou vincular Rui Barbosa ao operariado revolucionário e denunciou seu posicionamento cético em relação aos políticos, ao processo eleitoral vigente e aos caminhos tomados pela República (O BRASIL..., 1919:1)<sup>17</sup>.

Mas além de tais matérias, vinculadas à crítica ao movimento operário, produto de um discurso próprio, muito próximo ao oficial de Estado, notam-se nas páginas do semanário, no mesmo momento, artigos que advém de grupos ligados à classe operária.

Apesar de menos numerosos (apenas 12% do total de textos que tratavam do tema), esses textos que defendiam as mobilizações operárias e chegavam mesmo a fazer apologias às iniciativas revolucionárias, eram assinados por nomes como o de José Oiticica<sup>18</sup>. Publicados entre junho e julho de 1919, as matérias sob responsabilidade de Oiticica denunciavam os interesses dos grandes conglomerados industriais nas guerras e sua ligação com os chefes de Estado dos países beligerantes, o que o levou a concluir que os grandes confrontos mundiais “têm interesses capitalistas e particulares” (OITICICA, 1919:3; OITICICA, 1919:6).

---

<sup>17</sup> Em vários comícios Rui Barbosa criticou a corrupção dos políticos que monopolizavam a República, o sistema eleitoral fraudulento e a falta de assistência social à população brasileira (Cf. BARBOSA, 1956: 142-143).

<sup>18</sup> José Oiticica, um dos principais nomes do movimento anarquista da época, nasceu em 1882, em Oliveira, Minas Gerais, filho de Senador da República, Francisco Leite Oiticica, iniciou o curso de Direito na *Faculdade de Ciências Jurídicas do Recife*, sendo influenciado pela “Escola do Recife”, principalmente no que se refere às ideias anticlericais deste movimento. Terminou o curso em 1902, na *Faculdade de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro* e se matriculou também no curso de medicina, sem concluí-lo. Dedicou-se então ao magistério, fundando em 1906, com sua esposa, o Colégio Latino Americano, projeto que não vingou em virtude de problemas econômicos. Exerceu, ainda, o cargo de diretor de um colégio municipal em Laguna (SC) e voltou, em 1911, para o Rio de Janeiro. A partir desse momento iniciou sua “participação junto ao movimento anarquista na Liga Anti-Clerical do Rio de Janeiro e fortaleceu seu posicionamento teórico com um artigo publicado no periódico anticlerical e ácrata *A Lanterna*”. Ajudou a fundar e participou, no período de 1914-15, da revista anarquista *A Vida*, sendo nomeado em 1916, por concurso, professor de português do colégio Pedro II. Mas, foi no ano de 1918 que se firmou no movimento anarquista, organizando o levante anarquista em novembro deste ano. Em agosto de 1919 ele fundou com Astrogildo Pereira o jornal *Spartacus* que circulou até janeiro de 1920. Neste momento, se afastou da docência e voltou-se para a propaganda social, as atividades com o jornal e a autoria de peças teatrais (Cf. JUNIOR, 2009: 26-36; FIGUEIRA, 2005: 25, 31-32, 65 e 157; VENTURA, 2006: 125).

Em outros artigos, deixou patente um posicionamento do qual, em uma análise mais fria, se poderia supor ser uma postura antissemita. Em *Ingênuos*, de 12 de junho de 1919, publicado na primeira página da revista, descreveu o poder econômico e político mundial dos judeus, salientando que eles foram os responsáveis pela I Guerra e encabeçavam as negociações segundo os seus interesses na Conferência de Versalhes (OITICICA, 1919:1). Em outro artigo, denominado *A Paz*, publicado em 3 de julho de 1919, voltou a acusar os judeus de se beneficiarem agora com o Tratado de Versalhes, salientando que o tratado de paz foi feito segundo o interesse imperialista da Inglaterra, principalmente de seus banqueiros judeus que “controlam a economia mundial” (OITICICA, 1919:2).

À primeira vista pode-se achar que tais argumentos estavam em conformidade com o discurso que insistia no complô judaico mundial, divulgado por meio de texto apócrifo *Protocolos do Sábio de Sião*, publicado entre 1903 e 1907 na Rússia czarista (Cf. WIAZOVSKI, 2008: 36). Mas, buscando entender tal discurso dentro de seu contexto e dialogando com os estudos biográficos acerca de Oiticica (cf. JUNIOR, 2009; VENTURA, 2006; FIGUEIRA, 2008), pode-se dizer que, o que estava em jogo era muito mais a crítica ao imperialismo e ao capitalismo - dos quais os judeus eram tomados como símbolo - do que uma questão de cunho racial. Na verdade, o ponto principal de tais artigos era denunciar o imperialismo dos países vencedores da Guerra e as consequências de posturas como essas para países como o Brasil: “somos, positivamente, os vencidos desta guerra, nós país de crédulos, devedores insolvíveis, gastadores, megalômanos, papelista (sic), irremissos (sic) e irremissíveis”, e continuava de forma irônica:

(...) o ruim, em tudo isso, é o diabo do maximalismo. Esses patifes comunistas que vieram estragar o caldo. Esses bandidos anarquistas, com duas ideias subversivas atrapalham John Bull nos seus cálculos mais certos. Se eles conseguem desvendar aos proletários e pequenos possuidores os planos rapinantes dos londrinos, se conseguem levá-los contra exploração em larga escala dos profissionais do ágio; se esses trabalhadores capitalistas do andar térreo minam sob os alicerces a grande edificação de Lombard Street, a cousa não vai bem. Todo movimento revolucionário universal é o protesto não mais individual, não mais velado, senão público e coletivo da *massa anônima*, da ex-canalha (sic), contra a multissecular exploração capitalista (OITICICA, 1919: 4).

Tal posicionamento fica mais claro se atentarmos para as demais matérias assinadas por Oiticica nas quais matéria também deixou claro esta sua posição de crítica ao capitalismo e aos capitalistas quando criticou uma entrevista do industrial Jorge Street, no jornal *O Paiz*, escrevendo que nos seus posicionamentos notava-se “iniciativas anarquistas”, e então questionou, “porque ele não é perseguido como tal se faz, neste momento, com todo anarquista? Será” escreveu Oiticica, ironicamente, “pelo fato de ele ser um rico industrial e não um operário?” (OITICICA, 1919:10).

Nesse sentido também defendia a necessidade dos trabalhadores se organizarem em sindicatos para se contrapor aos interesses de grupos capitalistas, por isso assinou uma matéria salientando a importância dos educadores se mobilizarem e se associarem a “outros operários, como aconteceu na França”. Considerava que os professores eram “operários intelectuais que são explorados pelo capital, seja privado ou estatal” (...) salientava, ainda, as altas jornadas de trabalho e as más condições de trabalho dos professores, “assemelhando-se muito as do operário manual”. Por isso, “devia-se articular uma união entre os dois grupos, formando um sindicato misto” (OITICICA, 1919:5).

No entanto, resta explicar a presença de Oiticica nas páginas da revista, uma vez que suas opiniões estavam longe de ser comungadas pelos responsáveis do semanário. Para um líder engajado ideologicamente com o movimento anarquista, como era Oiticica, parece ser estranho ele ter colaborado em uma publicação que divulgava propostas tão diversas das suas, abarcadas em propósitos nacionalistas:

Segundo Oiticica, os anarquistas discordavam da ideia de pátria associada ao militarismo, à xenofobia e ao racismo que o governo fazia propagar (...) A pátria reconhecida pelo anarquismo era a humanidade e a comunidade de interesses de homens ligados por valores éticos e universais. O patriotismo que justifica a guerra e o xenofobismo era condenado pelos libertários (VENTURA, 2006: 117).

O próprio Oiticica se colocou a par deste posicionamento em 1918, no jornal *A Rua*:

Sinto-me grande em ser brasileiro, porém maior em ser homem. Amo o povo desta terra, a infeliz raça desprezada, amargurada na escravidão, despedaçada nas bandeiras e entradas... não sou, todavia, jacobino, não sou nativista, não sou xenófobo. Vejo em qualquer trabalhador em qualquer homem digno, um compatriota (OITICICA apud. VENTURA, 2006: 117).

Nesse caso a análise dos artigos escritos por Oiticica deve ser confrontada, mais uma vez, com sua biografia. Em 1918 ele se colocou abertamente contra Rui Barbosa, que como já se viu era inimigo confesso da revista:

Nesse ano, José Oiticica escreveu uma carta contra Rui Barbosa com investidas provocativas que deixavam ver a sua aversão ao Direito e as atividades decorrentes desse curso. A carta foi publicada na primeira página do jornal *Correio da Manhã*, de 26 de fevereiro de 1918, e foi redigida em protesto ao apoio que Rui Barbosa deu a candidatura de Evaristo de Moraes (...) O candidato apoiado por Rui Barbosa posicionava-se no meio operário como um socialista a ser o porta voz dos trabalhadores. Essa posição não agradou as lideranças dos grupos libertários das quais José Oiticica era integrante (FIGUEIRA, 2008: 31-32).

A carta citada no excerto acima foi vista como uma resposta de Oiticica à postura de Rui Barbosa no seu pronunciamento feito “com fins eleitorais, prometendo pequenas vantagens aos operários, entre os quais o descanso de 8 dias para a mulher depois do parto”. Em um depoimento, no jornal *Ação Direta*, de 1957, o anarquista Manuel Peres (apud LOPES, 2009:2) afirmou que Oiticica escreveu este artigo:

(...) que causou emoção em todos os setores políticos e sociais, pois demonstrava de forma eloquente, que o famoso tribuno baiano desconhecia em absoluto a vida trágica dos trabalhadores e a verdadeira solução para os seus graves problemas.

Além disso, é em 1918 que Oiticica chefiou e organizou o levante anarquista de novembro, que ainda contou com o advogado baiano Agripino Nazaré e Astrojildo Pereira (Cf. DULLES, 1977: 67-68). O levante acabou sendo “denunciado por um tenente das Forças Armadas, infiltrado no grupo com a finalidade de impedir o movimento”. Oiticica, juntamente com as principais lideranças foi preso, mas por intermédio de seu pai conseguiu cumprir pena em um engenho da família, em Alagoas, sendo posto em liberdade em 02 de maio de 1919, quando desembarcou no Rio de Janeiro. A liberdade não significou que ficou livre do encalço da polícia, o que o obrigou a hospedar-se na casa de amigos, em Minas Gerais, em dezembro deste mesmo ano (Cf. FIGUEIRA, 2008: 25 e 157).

Assim, o momento em que Oiticica escreveu em *Gil Blas*, entre junho e julho de 1919, é o de sua chegada ao Rio de Janeiro depois do exílio, e da quase clandestinidade, marcada pela perseguição policial. Em agosto ele fundou com Astrojildo Pereira o jornal *Spartacus* que circulou até janeiro de 1920. Neste momento, segundo Cristina Figueira (2005: 106), ele estava afastado da docência e “suas atenções estavam voltadas para o trabalho com a propaganda social, mas somente com as atividades com o jornal (*Spartacus*) e com o teatro (na autoria de peças)”.

Assim, é possível afirmar que a sua breve participação em *Gil Blas*, ocorreu em um momento em que estava reorganizando sua vida militante, quando a perseguição policial, ainda não o possibilitava retomar suas iniciativas que tinham marcado sua adesão ao movimento operário. Pode-se, ainda, levantar outras hipóteses como, por exemplo, que escolheu *Gil Blas*, pois era um periódico novo, não identificado diretamente com as posturas anarquistas e socialistas, o que não comprometeria seus escritos, nesse momento de quase clandestinidade. De acordo com tal suposição, *Gil Blas* pode ter significado o único espaço para ele se dirigir ao público operário, acreditando, assim, que este pudesse ler a revista. Essa expectativa fica clara em uma matéria quando convoca os trabalhadores para se colocarem contra a exploração capitalista: “Vejam isto proletários e patriotas de toda a Terra” (OITICICA, 1919: 3). O fato de que nesse ano de 1919, devido à repressão policial, causada pelas greves de 1917 e 1918, havia muitas dificuldades em “aparecer novas folhas operárias”, corrobora com a nossa hipótese (Cf. SODRÉ, 1999: 320).

Não se tem dados concretos para se especular que a revista quisesse atingir o leitor operário, mas na seção denominada *Momento Social*, destinada a discutir a questão operária, que passou a ser publicada a partir de *Gil Blas* número 15, o proletariado era convidado a participar e “enviar colaborações para a revista em forma de textos” (MOMENTO, 1919: 11). Nas matérias desta seção, as greves surgiam como a “única forma de resolver o problema operário”. Notou-se, ainda, explicações teóricas sobre o comunismo e o anarquismo e de como tais teorias poderiam “contribuir para as mobilizações sociais” (VOLGA, 1919:7; VOLGA, 1919:3; VOLGA, 1919:6). Na seção, também se colocava em evidência a importância dos direitos sociais dos trabalhadores como “a menor jornada de trabalho e melhores condições de vida do trabalhador rural”, deixando de lado estigma de

que o movimento operário se reduziria a um movimento urbano, fruto da mecanização da indústria.

Pode-se notar, também, que José Oiticica não era um colaborador isolado em *Gil Blas*, pois nomes como Saul Navarro e Alex Volga também destacavam o caráter positivo das ondas revolucionárias vindas da Europa.<sup>19</sup> Como se lê na seção *Momento Social*, Alex Volga chamou a atenção para a importância de uma lei trabalhista que “contemplasse os acidentes de trabalho, causa de invalidez e até mesmo morte”, para ele tais questões não eram levadas em conta pelos “contratantes, sem que houvesse o justo ressarcimento para o trabalhador ou sua família” (NAVARRO, 1919: 5; VOLGA, 1919: 4; MOMENTO, 1919: 7). Já Saul Navarro, simpatizante do movimento operário revolucionário, nesse momento desempenhava o cargo secretário editorial da revista e expressava abertamente, nas páginas do periódico, sua admiração por Oiticica:

(...) José Oiticica ao contrário da maioria dos nossos intelectuais, se entrega ao tantalismo (sic.) do pensamento, tornando a sua pena um dos maiores e mais formidáveis instrumentos da palavra escrita, a serviço de um ideal sublime de igualdade humana, pena que canta que brilha que se rebela com o mundo que sobra e é o clarão que se projeta no novo mundo que se ergue! (NAVARRO, 1919: 2).

Assim, pode-se considerar a hipótese que tenha sido responsável por trazer nomes como Oiticica e Volga para as páginas de *Gil Blas*, o que por sua vez, também não nos impede de pensar que, pelo menos no seu primeiro ano, a revista, mesmo não sendo um periódico essencialmente voltado para a causa operária revolucionária, teve um núcleo de colaboradores-militantes que defendiam tal via de reivindicação de direitos sociais e políticos.

Mas, os textos com teor revolucionário tiveram vida curta no semanário. Em 31 de julho de 1919, José Oiticica deixou de colaborar, Saul Navarro escreveu seu último artigo em 28 de agosto e Alex Volga em 10 de julho (OITICICA, 1919: 5; VOLGA, 1919: 10;

---

<sup>19</sup> Saul Navarro diplomado em Direito, mas fez carreira como jornalista e literato e publicou as obras, *Visões do Século* (1916), *Prosas Rebeldes* (1922) e *Elogio do berço e de um ritmo* (1925) (Cf. COUTINHO, 2001:1139 e MENEZES, 1969: 649). Segundo Nelson Werneck Sodré (1999: 319): “Em fevereiro de 1918, circulou o primeiro folheto defendendo a revolução russa: *Revolução Russa e a imprensa*, assinado por Alex Pavel”, pseudônimo de Astrojildo Pereira. Pode-se levantar a hipótese que Alex Volga possa ter sido mais um desses pseudônimos utilizados por ele para fugir da polícia. Segundo Lucia Lippi (1990: 151) Alex Volga é possivelmente um pseudônimo de um intelectual anarquista.

NAVARRO, 1919: 10). Alguns textos dos dois últimos ainda puderam ser encontrados na seção *Momento Social*, em outubro de 1919 (NAVARRO, 1919: 11; VOLGA, 1919, 9). No entanto, nesse momento, o teor da seção já era outro, pois, a partir da revista 21, de 3 de julho de 1919, *Momento Social* passou a ser composta por matérias assinadas por José Balthazar da Silveira, que defendia o caráter não revolucionário das reivindicações operárias (SILVEIRA, 1919: 12). De fato, o tom dissonante durou pouco e a temática operária continuou presente, mas em outro diapasão e a partir da revista número 36, em 16 de outubro de 1919 a seção *Momento Social* deixou de ser publicada. Deve-se destacar que nesse mês o “movimento grevista operário, responsável pela agitação em que mergulhara o país, desde o início do ano, intensificou-se (...)” (DIAS, 2001: 4582)<sup>20</sup>.

Desde então, os artigos sobre a questão operária ficaram sob a responsabilidade exclusiva de José Balthazar da Silveira, que intensificou seu discurso baseado num movimento operário comprometido com a ordem. Em uma matéria, inclusive, Silveira argumentou que um dos principais problemas a ser resolvido por Epiácio Pessoa era o da questão social do operariado, principalmente no que se refere seu caráter revolucionário. (SILVEIRA, 1919: 11-12; SILVEIRA, 1919: 13).

Assim, paralelamente aos artigos de autoria de Saul Navarro, Alex Volga e de José Oiticica, que destacavam o caráter positivo das ondas revolucionárias vindas da Europa, notou-se outras duas propostas que podem caracterizar o perfil ideológico, político e social das reivindicações trabalhistas no Rio de Janeiro. Uma proposta que buscava as reivindicações sociais dos trabalhadores, sem apoiar as mobilizações e questionar o regime político republicano, como a de José Balthazar da Silveira; discurso que se encaixa no que Claudio Batalha denominou de movimento operário positivista (BATALLA, 2013: 173)<sup>21</sup>.

---

<sup>20</sup> Outubro de 1919 também ficou marcado pelo comparecimento do Brasil na “Conferência Internacional do Trabalho, em Washington, representado por dois delegados do Governo e um dos operários. Questões como a limitação do horário de trabalho a oito horas por dia, a proteção ao trabalho de menores e mulheres e a saúde do trabalhador foram ali examinadas, ficando decidido que deveriam ser incluídas na legislação específica das nações industriais” Mas, na verdade “(...) inúmeros projetos de legislação trabalhista, sistematicamente representados pelos opositoristas Nicanor Nascimento e Maurício de Lacerda – sobretudo este último não se concretizaram, demonstrando o pouco interesse do Legislativo e do Executivo em resolver tal questão” (DIAS, 2001: 4582).

<sup>21</sup> Segundo Claudio Batalha a desilusão da classe operária com o novo regime Republicano, no começo do século XX, teve três tipos de respostas, que por sua vez, direcionaram ideologicamente o movimento. A primeira foi a busca de obtenção de direitos sociais, sem questionamento do sistema político, sustentada pelo positivismo (...) A segunda resposta foi aquela que propunha a conquista de direitos sociais aliada a direitos políticos, visando à mudança do sistema pela participação no processo político-eleitoral, posição dos

E outra que foi pouco estudada pela historiografia e que está ligada a um discurso conservador, nacionalista e até xenófobo.

A diversidade de grupos e propostas reivindicatórias está intimamente ligada ao fato de que se deve repensar o estigma do movimento operário a partir da tríade, imigrante, revolucionário e trabalhador da indústria mecanizada. Não se pode esquecer que o movimento operário foi totalmente heterogêneo, guardando inclusive especificidades regionais, como no Rio de Janeiro. Nesse caso específico não se pode ignorar o jacobinismo, que pontuou boa parte dos movimentos sociais nas duas primeiras décadas na então Capital Federal. Segundo Nicolau Sevcenko (2003: 88), o jacobinismo no final do século XIX, figurou como uma alternativa para as reivindicações das classes populares:

(...) a corrente do jacobinismo seria um dos grandes catalisadores do mal-estar geral disseminado na população carioca. Sua plataforma de arregimentação e combate quase que se resumia toda no seu princípio basilar: o xenofobismo e muito particularmente a lusofobia. Nascido no estado de sítio, da censura e das perseguições indiscriminadas e obscurantistas desencadeadas por Floriano desde o início da Revolta de 1893, reuniu todo gênero de insatisfeitos, aventureiros, oportunistas, particularmente os funcionários públicos dos escalões inferiores, soldados, cadetes, jornalistas da imprensa marrom e grupos populares difusos (...) As suas preocupações obsessivas eram desalojar os portugueses enquistados na administração pública com a “grande naturalização” do governo provisório, acabar com o virtual monopólio português sobre o comércio a varejo e sobre a locação de imóveis e, ato final, romper relações com Portugal e acabar com a torrente imigratória lusitana que se avolumava na sociedade do Rio, absorvendo grande parte dos empregos e boas oportunidades.<sup>22</sup>

---

socialistas e dos setores mais politizados no sindicalismo reformista (...) Finalmente, a posição de negação da política institucional, depositando na ação direta a forma de pressão necessária para a obtenção de conquistas, defendida por sindicalistas revolucionários e anarquistas (BATALHA, 2013: 173-174).

<sup>22</sup>Segundo Lucia Lippi (1990: 92), o termo jacobino no Brasil foi atribuído a um projeto de República que se contrapôs à proposta dos cafeicultores e que se distinguiu pelo militarismo, nacionalismo e posicionamento antioligárquico. Jeffrey Needell (1993: 32-33) afirma que os jacobinos foram a “tropa de choque” do Governo de Floriano, que se via ameaçado por rebeliões monarquistas. Sueli Robles (1986: 17-80) confirma que este posicionamento ganhou contornos mais claros ao ser legitimado como base ideológica do governo de Floriano Peixoto. Para Eulália Lobo (2001: 27), “os jacobinos destacaram-se no Rio de Janeiro na Revolta da Armada em 1893 -1894. Seguidores do presidente Floriano Peixoto, alegaram que a colônia portuguesa estava financiando a revolta da Armada contra a República no Rio de Janeiro (...) Formaram-se nos anos de revolta os batalhões patrióticos, muitos relacionados com os clubes republicanos. O governo deu apoio e treinamento militar aos batalhões”.

Seria muito leviano pensar que tal tendência também não se irradiou para algumas reivindicações trabalhistas. Situação que fica clara em matérias ligadas à questão operária que se distinguem pelo teor conservador, nacionalista e xenófobos dos escritos. Exemplar nesse sentido são os artigos assinados pelo diretor da revista Alcebíades Delamare e por Gastão Franco Amaral em que criticavam a influência estrangeira nos movimentos dos trabalhadores, tida por introdutora do anarquismo e do socialismo no Brasil (DELAMARE, 1919: 7; DELAMARE, 1919: 5-6; AMARAL, 1919: 5). Em um artigo sem autoria denominado “Greve Geral” o articulista mostrou-se preocupado com uma futura mobilização de maior intensidade dos operários, citou a mobilização ocorrida na Central do Brasil e criticou a República: “(...) só uma minoria, só os parasitas externos e os privilegiados têm lucrado com as liberalidades do erário, fazendo da República um paraíso de meia dúzia” (A GREVE..., 1919:10).

Decididamente o posicionamento destes autores era totalmente antagônico ao conteúdo das matérias de José Oiticica e de colaboradores como Alex Volga e Saul Navarro, uma vez que propunham o combate à influência do anarquismo e do socialismo no movimento operário, em prol da ordem e da conciliação entre as classes.

Delamare (1919: 5-6) defendia a manifestação operária, desde que fossem pacíficas, portanto, não identificadas aos movimentos contestatórios de caráter revolucionário, entendidos “como movimentos desordeiros” associados a “grupos estrangeiros que poderiam interferir negativamente na economia e na política brasileira”.

A partir de 1920 os artigos enfeixados em *Operariado* insistiram nessa cantilena. Havia a preocupação com a presença de elementos vindos de fora e introdutores de ideias perigosas entre os trabalhadores e operários. Segundo Sheldon Maram (1979: 61), essa ideia era explorada por grupos nacionalistas, que assim justificavam posturas xenófobas: “a intenção era dividir a classe trabalhadora, instigando o sentimento nacionalista e o ressentimento dos brasileiros contra trabalhadores estrangeiros que dominavam o movimento operário”, e continua:

A acusação de conspiração estrangeira ganhou força à medida em que o operariado dava mostras de organização e (...) os artigos na imprensa diária, o discurso de líderes políticos e econômicos e as declarações da polícia pulverizavam no público brasileiro a opinião de que as greves

resultavam de maquinações de elementos estrangeiros (MARAM, 1979: 62)

Nicolau Sevcenko (2003: 87) e Claudio Batalha (2013: 167-169) também chamam atenção para tal discurso baseado na xenofobia, que muitas vezes era utilizado para desagregar o movimento e colocar os trabalhadores nacionais contra os estrangeiros.<sup>23</sup> Vários dos colaboradores de *Gil Blas*, em 1920, compartilharam tal sentimento e endossaram a tese da “conspiração estrangeira” (MACHADO, 1920: 5). Veja-se, por exemplo, o artigo de Gilberto Amado (1920:11), no qual se lia:

Os Estadistas brasileiros terão de ter muito tato para lidar com os movimentos sociais nesse momento, principalmente com o operariado, pois o país não tem maturidade para absorver as mudanças sociais da Europa, ao mesmo tempo que está sob a influência de suas mudanças, como a revolução russa, o socialismo, anarquismo, por isso o Estado deve ser forte para conter movimentos baseados na indisciplina herdada da influência estrangeira.

Já no artigo: “Oposicionismo açulado pelos açambarcadores”, criticou-se os “manifestantes-grevistas” da empresa *Leopoldina*, pelo fato da “maioria ser estrangeiros e anarquistas”, por isso, afirmou-se, ainda, que “faz bem o governo federal não ceder às mudanças pedidas por eles” (A GREVE ..., 1920:4).

Mas, os textos mais emblemáticos nesse sentido foram assinados pelo Major Cezimbra Jaques: trata-se de uma série de 14 artigos, publicados a partir do número 58, de 18 de março de 1920, nos quais se propunha a conciliação entre o capitalista e o trabalhador, com o objetivo de evitar o perigo de “uma revolução socialista ao modelo Russo”, importada por trabalhadores estrangeiros em terras brasileiras. O autor sempre solicitava a intervenção do poder executivo, principalmente frente às mobilizações operárias, e não escondia sua simpatia por um Governo Federal mantenedor da ordem, centralizador e nacionalista (JAQUES, 1920:11). Na revista número 60, de 01 de abril de 1920, ele escreveu que o socialismo, é utópico, “mas também, mobilizador, por isso cabe

---

<sup>23</sup> Nicolau Sevcenko (2003: 87) ressalta que as “próprias divisões étnicas entre os grupos majoritários, negros, mulatos e portugueses eram fontes de atritos e entraves à unidade do movimento”.

ao governo federal, principalmente ao presidente Epitácio Pessoa fazer mudanças sociais, para manter a ordem e um país coeso” (JAQUES, 1920: 3)<sup>24</sup>.

É possível salientar que essa postura estava em consonância com o discurso e à ação presidencial, pois segundo Laurita Gabaglia (1951: 351) em mensagem de 3 de maio de 1920, Epitácio Pessoa deixou claro que:

(...) procura facilitar-lhes a vinda (a mão de obra estrangeira para lavoura), combinando com os governos amigos as medidas que concorram com este fim. Mas nem todos os emigrantes são desejáveis. O país deve precaver-se contra os maus elementos, portadores de ideias subversivas, que se infiltram na corrente imigratória. Em março de 1920, uma grande parede de trabalhadores, que envolveu numerosas classes de operários, inquietou por alguns dias a Capital, repetindo o que ocorrera no início do quadriênio. A polícia apurou que os principais agentes dessa parede eram indivíduos de maus precedentes, na sua maioria, estrangeiros anarquistas. Contra essas influências subversivas cumpria defender a pátria em sua segurança e o próprio trabalhador brasileiro em sua natural retidão<sup>25</sup>.

Assim, não se tratava de atacar uma nacionalidade específica, nem mesmo o trabalhador, mas de combater os militantes políticos, sobretudo os estrangeiros ligados ao movimento operário revolucionário e suas organizações<sup>26</sup>. A nosso ver, cada vez mais esse grupo ganhava o apoio e subvenção do Governo Federal, buscando sempre evidenciar sua prática marcada por uma postura menos agressiva aos interesses dos que apoiavam e davam sustentação à política republicana em vigor. Sendo assim, nunca é demais aventar e concordar com a hipótese de que no Distrito Federal tal grupo de trabalhadores recebeu apoio estatal justamente para desarticular a formação de uma classe operária coesa,

---

<sup>24</sup> João Cezimbra Jaques nasceu em Santa Maria em 13 de novembro de 1848 e morreu em 28 de julho de 1922 no Rio de Janeiro. Jaques foi militar de Cavalaria e voluntário na Guerra do Paraguai aos dezoito anos, em 1867, servindo no 2º Regimento de Cavalaria. Em 1901 passou para a reserva no posto de major. Era positivista, discípulo de Augusto Comte. Pioneiro em várias áreas, participou da criação da Academia Rio-Grandense de Letras em 1901. Foi um dos fundadores do Partido Republicano Rio-Grandense em 1880. Fundador do Grêmio Gaúcho de Porto Alegre, em 22 de maio de 1898, sendo por isso considerado precursor do Movimento Tradicionalista Gaúcho e seu patrono.

<sup>25</sup> Tal postura era uma resposta às reivindicações dos trabalhadores da *Leopoldina Railway* e a greve dos marítimos, que começou em 1920, em Santos, e se estendeu para Capital Federal. No Rio de Janeiro, os trabalhadores da construção civil também iniciaram greve, incentivados pela Federação dos Trabalhadores e “preparavam uma greve geral”, sendo fortemente reprimidos pela polícia, muitos foram presos, o que levou ao fracasso do movimento com predominância dos estrangeiros (RODRIGUES, 1992: 32).

<sup>26</sup> Foi no Governo de Epitácio Pessoa que se aprovou a lei de 1921 que regulava a entrada de estrangeiros indesejáveis. Cf. BRASIL. Poder Legislativo. Decreto n. 4247 de 6 de janeiro de 1921. Regula a entrada de estrangeiros no território nacional. *Coleção de leis do Brasil*. Disponível em: [www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes](http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes). Acesso em 20 jul.2009.

articulada e combativa. Situação que nos faz concordar com a conclusão de Claudio Batalha (2013: 186) de que “ao longo da Primeira República, o movimento operário não conseguiu jamais uma efetiva coordenação nacional”.

### **Considerações Finais**

Pode-se concluir que a análise dos artigos publicados na revista *Gil Blas* reafirma o caráter eclético do movimento operário na então Capital Federal, Rio de Janeiro, entre os anos 1919 e 1920.

Para tanto buscou-se entender os colaboradores que discutiram o tema operariado na revista - entre eles o próprio José Oiticica - a partir de uma chave de leitura específica, ou seja, dissociando-os de uma “ilusão biográfica”, que reduz a trajetória de vida de um sujeito a uma leitura retilínea, linear e teleológica de vida, negligenciando as mudanças e contradições próprias de uma existência ao longo de sua história (Cf. BOURDIEU, 1998: 183-191). Para utilizar tal propositura partiu-se de duas problemáticas. Primeira, de que é inconcebível tentar imaginar uma vida com uma constância de acontecimentos sucessivos. Segundo, de que se devem levar em conta os desvios e o campo onde se desenrolou a trajetória deste indivíduo (BOURDIEU, 1998: 189-190), ou seja, o conhecimento do lugar e do tempo no qual ele agiu e se relacionou (Cf. CERTEAU, 2000: 66). Nesse caso buscou-se tomar cuidado com as armadilhas próprias da prática historiográfica, entre elas, principalmente o anacronismo, pois naquele momento, logo após a Revolução de 1917, as propostas ideológicas revolucionárias que pontuavam os movimentos sociais no Brasil ainda não eram tão bem definidas, como se pretende algumas discussões historiográficas mais contemporâneas.

A presença de três tipos de discursos presentes na revista revela posicionamentos diversos acerca das reivindicações trabalhistas. Tal diversidade se apresentou em tons políticos, ideológicos e até mesmo sociais. No entanto, algo que não se pode negar é que eles tinham pelo menos um ponto em comum, o descontentamento social de uma classe que estava se constituindo no alvorecer de uma cidade artificialmente moderna e nem um pouco democrática. As diversas manifestações sociais trabalhistas que moldavam o movimento operário carioca se consubstanciavam na resistência a uma sociedade arrivista que, aos

poucos, conformava a cidade do Rio de Janeiro ao sistemático modelo capitalista urbano, marcado pela violência, exclusão social e o enriquecimento de uma elite política e econômica, a qual, por sua vez, não via com bons olhos as reivindicações sociais, que cada vez mais tomavam conta das grandes cidades brasileiras.

No que se refere à participação de militantes do movimento operário revolucionário nas páginas de uma publicação essencialmente conservadora, parece plausível sustentar a tese que, nesses momentos iniciais de circulação, os responsáveis pela revista ainda não tinham um projeto claramente delimitado. Tanto é que Saul Navarro, intelectual ligado às ideologias de esquerda, era secretário editorial da revista, ou seja, chefiava sua redação, fato que ajuda a compreender a presença de certas contribuições ao longo dos primeiros meses do periódico.

Além disso, o nacionalismo extremado, que pode ter afastados do semanário os militantes do movimento operário revolucionário, ainda não estava evidente em *Gil Blas* nos seus primeiros números. Nos seis meses iniciais, quando Oiticica colaborou com a revista, apenas 27 artigos dos 340 publicados, ou seja, 8,2% do total, tinham por tema o nacionalismo. E no que diz respeito ao nacionalismo católico, este ainda não havia sido abraçado por Delamare, diretor da revista, que inclusive assinou no periódico um texto crítico ao projeto do intendente do Rio de Janeiro, Nogueira Penido, que instituiu o ensino religioso nas escolas. Nas suas palavras, “(...) Para que nossos filhos se eduquem nos ensinamentos de Cristo e de sua Igreja, não há necessidades da lição escolar”. Para Delamare, os preceitos religiosos deveriam ser apreendidos no seio da família, cabendo à na escola difundir os valores pátrios. Salientava, ainda, que a lei distrital feria a Constituição de 1891, que evidenciava, segundo ele, “para o bem da igreja, a separação desta com o Estado” (DELAMARE, 1919: 1).

Além disso, antes de uma contradição, esta visão dispare do movimento operário presente em *Gil Blas* também pode ser explicada a partir de situações exógenas à revista, principalmente relativas ao contexto histórico da época, marcado por um momento de transição do movimento operário brasileiro, que tinha até então em suas bases o positivismo de expressão burguesa, herança das sementes do movimento operário que foram “plantadas no mesmo processo de crise e reordenação da dominação oligárquica representado no movimento republicano e que deu margem à intervenção, na vida política, das camadas

médias urbanas e de intelectuais afeitos ao positivismo” (DEL ROIO, 2007: 14). Situação que começou a mudar com o reflexo da Revolução Russa de 1917, o que significou uma retomada da “autonomia político-cultural do movimento operário e do antagonismo social à ordem do capital (...) A materialização da refundação da crítica socialista marxista da ordem do capital culminou na organização da Internacional Comunista (IC), fundada em março de 1919” (DEL ROIO, 2007: 19). No entanto, deve-se considerar que tais ideais marxistas advindos da Revolução Russa vão chegar um tanto difusos no Brasil num terreno político e cultural pouco fértil, situação que vai tentar ser resolvida pela criação do Partido Comunista de 1922 (Cf. GOULART, 2013: 10).

Assim, pode-se dizer que no momento de criação de *Gil Blas* as posturas políticas e ideológicas revolucionárias e ou conservadoras ainda estavam muito difusas, não só no Brasil, mas em caráter global, haja vista que ainda se sentia os primeiros reflexos da Revolução Russa e disseminavam-se as suas várias interpretações a respeito da teoria marxista<sup>27</sup> e das posturas políticas ligadas ao próprio movimento revolucionário<sup>28</sup>. Circunstâncias que também reverberavam na militância e nos movimentos sociais que, por isso, flutuavam entre várias posturas ideológicas, em um curto espaço de tempo<sup>29</sup>.

---

<sup>27</sup> Dentro das iniciativas teóricas políticas dos grupos que comandavam a Revolução Russa nota-se aproximações acerca da visão marxista do operariado como por exemplo, “a noção de que o Estado era identificado com um comitê executivo das classes dominantes e de que o único recurso de poder era a coerção. Porém, encontramos também alguns pontos divergentes, como a concepção de Lenin de que a organização operária só seria possível através de um partido forte e centralizado, o qual desenvolveria a consciência política do proletariado” (GOULART, 2013: 10).

<sup>28</sup> Não se deve esquecer que dentro do próprio partido vamos ver uma situação fragmentária que vai ser intensificada com a nomeação de Stalin como Secretário Geral do Partido Comunista da recém-criada União Soviética em 1922 e polarizada com a morte de Lenin em 1924. Tal polarização foi representada por Stalin de um lado e Trotsky do outro. Tal disputa transbordava a luta por poder e ganhou conotações ideológicas. Trotsky propunha uma revolução internacional e Stálin uma revolução socialista interna. Mas, segundo Silvio Pons (2008: 102) a adesão de Stalin a essa proposta é muito mais profunda e pode ser explicada pela necessidade de, naqueles tempos, ser a única maneira de garantir a sobrevivência de uma “Rússia revolucionária”.

<sup>29</sup> O insucesso para lidar com a repressão às greves entre a partir de 1917 fez com as propostas da Revolução Russa de 1917 desestabilizassem o monopólio anarcossindicalista do movimento operário, fazendo que boa parte de tais movimentos e militantes migrassem do anarquismo para o comunismo. O caso mais simbólico nesse sentido foi de Astrojildo Pereira que viria mais tarde ser o fundador do PCB: “A repercussão da Revolução Russa no movimento operário se deu em um momento de crise interna. A falta de direção para lidar com a repressão desencadeada pela onda de greves de 1917-1920 levou os ativistas a constatarem que não dispunham de instrumentos teóricos adequados para preservar, politicamente, suas conquistas. Desse modo, passaram a buscar novas formas de organização para tornar o combate mais eficiente. Ao mesmo tempo, crescia no mundo a ação organizada da Revolução Russa, a Internacional Comunista (IC), que entrara em contato com militantes latino-americanos, entre eles Astrojildo Pereira. Assim, considerando a incapacidade demonstrada pelo anarquismo na resolução dos problemas do movimento operário, Astrojildo inicia sua longa caminhada em direção às ideias de Marx e Lenin” (GOULART, 2013: 28).

Por isso é possível afirmar que os movimentos sociais do começo do século XX, não tiveram uma homogeneidade ideológica. No que se refere ao movimento operário pode-se dizer que se caracterizou por propostas diversas, muitas vezes antagônicas, situação que interferiu decisivamente para que consolidassem sua identidade de classe como realidade histórica, o que se deu num processo de longa duração, construído pelas experiências compartilhadas ao longo do processo dessa tomada de consciência social (Cf. BATALHA, 2013). Tal olhar detalhado acerca do operariado evita o risco de tomar um único discurso como regra geral para se definir todo um movimento, que tem no ecletismo seu conceito gerador.

Deve-se sublinhar, nesse sentido, a especificidade do movimento operário no Rio de Janeiro que se destacava justamente por uma maior evidência dessa característica eclética de suas posturas políticas e ideológicas. Nesse sentido pode-se dizer que a revista refletia essa tensão do próprio espaço e tempo histórico que era produzida, advindo desse processo de organização do movimento operário, devido ao reflexo das mudanças de posturas ideológicas revolucionárias em escala global e ao ambiente do movimento trabalhista na Capital Federal, polarizado entre grupos com propostas e reivindicações políticas/ideológicas opostas.

Aliado a tudo isso deve-se levar em conta também que nos seus primeiros anos os responsáveis por *Gil Blas* ainda estavam procurando a melhor forma de divulgar suas propostas, inclusive para o leitor operário, o que levou a revista aceitar colaborações de matizes ideológicas diversas.

Todas essas considerações receberam pouca atenção da historiografia recente, haja vista que *Gil Blas* pode ser vista como uma das poucas fontes históricas que nos permite um olhar em perspectiva de parte do que foi o multifacetado movimento operário carioca no começo da década de 1920. Situação que não deixa de ser relevante para um maior entendimento e estudo sobre o tema que, cada vez mais, se mostra muito mais complexo do que a definição tradicional dada por parte da historiografia, que resume e generaliza a classe operária como simplesmente “branca, fabril e masculina” (BATALHA, 2013: 164).

## Referências

- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.
- BARBOSA, Rui. (Ed.). *Obras completas de Rui Barbosa*. 4 v. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956.
- BATALHA, Cláudio. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000.
- \_\_\_\_\_. Formação da Classe operária e projetos de identidade coletiva. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Naves (Org.). *O Brasil republicano. O tempo do Liberalismo excludente: da Proclamação da república à Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p.161-230.
- BEIRED, José Luis. *Sob o signo da nova ordem – intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina*. São Paulo: Loyola, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica, FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaina. (orgs). *Usos e Abusos da história oral*. 2ed. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p.183-191.
- CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Ligia. *O Bravo Matutino. Imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.
- COUTINHO, Afrânio; SOUSA, J. Galanti. *Enciclopédia da Literatura Brasileira*. São Paulo: Global Editora/ Fundação Biblioteca Nacional/Academia Brasileira de Letras, 2001.
- DEL ROIO, Marcos. O impacto da Revolução Russa e da Internacional Comunista no Brasil. In: MORAES, João Q. de; REIS, Daniel A. (org). *História do marxismo no Brasil (O impacto das revoluções)*. Campinas/SP: Universidade Estadual de Campinas, 2007. v. 1.
- DEUTSCH, Sandra Mcgee. *Las Derechas: the extreme right in Argentina, Brazil, and Chile (1890-1939)*. Califórnia. Stanford University Press, 1999.
- DIAS, Sônia. Epitácio Pessoa. In. ABREU, Alzira Alves et al (Orgs.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Pós-1930. Volume IV*. 2ed. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001.
- DULLES, Jhon W. Foster. *Anarquista e Comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

FERREIRA, Maria Nazareth. *A Imprensa operária no Brasil (1880/1910)*. Petrópolis: Vozes, 1978.

FIGUEIRA, Cristina Aparecida Reis. *A trajetória de José Oiticica: o professor, o autor, o jornalista e o militante anarquista na educação brasileira*. 2008. 235 f. Tese (Doutorado em Educação) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

GABAGLIA, Laurita Pessoa Raja. *Epitácio Pessoa (1865-1942)*. 2 V. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio, 1951.

GINZBURG, Carlo. Sinais, raízes de um paradigma indiciário. In. \_\_\_\_\_. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e História*. São Paulo. Companhia das Letras, 1990, pp.143-179.

GONÇALVES, João Felipe. *Rui Barbosa: pondo as ideias no lugar*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

GOULART, Laryssa de Souza. *Astrojildo Pereira e a formação do Partido Comunista Brasileiro*. 2013, 156 f. Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual Paulista, Assis, São Paulo.

HOBBSAWN, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780*. 4 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2004.

JANNOTTI Maria de Lourdes Monaco. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

JESUS, Carlos Gustavo Nóbrega. *Revista Gil Blas e o nacionalismo de combate*. São Paulo: Cultura Acadêmica/Editora UNESP, 2012.

JUNIOR, Renato Luiz Lauris. *José Oiticica: reflexões e vivências de um anarquista*. 2009. 136 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista, Assis, São Paulo.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001.

LOPES, Milton. *Anarquismo: a vida de José Oiticica*. 2009. Disponível em: [www.outroladodanoticia.wordpress.com/2009/02/21](http://www.outroladodanoticia.wordpress.com/2009/02/21). Acesso em 14 ago.2009, p.2

LUCA, Tania Regina de. História dos e nos periódicos: trajetórias e perspectivas analíticas. In. PINSKY, Carla Bessanezi.(org.) *Fontes Históricas*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

MENEZES, Lena Medeiros. *Os indesejáveis*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

MENEZES, Raimundo de. *Dicionário literário brasileiro ilustrado*. São Paulo. Edições Saraiva, 1969.

MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARTINS, Ana Luiza. *Revista em Revistas: Imprensa e Práticas Culturais em tempos de República*. São Paulo: EDUSP/FAPESP. 2001.

MOTTA, Marly Silva. *A nação faz 100 anos - A questão nacional no centenário da Independência*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1992.

NEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque Tropical*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. *A questão nacional na primeira República*. São Paulo; Brasiliense, 1990.

PONS, Silvio. Império, estado e ideologia na URSS stalinista. *Lua Nova* [online]. 2008, n.75, pp.99-113. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452008000300006&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452008000300006&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em 29 nov. 2017.

QUEIROZ, Sueli Robles Reis. *Os radicais da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ROCHA, Clara. *Revistas literárias do século XX em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

RODRIGUES, Marly. *O Brasil na década de 1920*. São Paulo: Ática, 1997.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2 ed. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

SIRINELLI, Jean François. *Histoire des droites*. Apud: BERSTEIN, Sergi. A Cultura Política. In. RIOUX, Jean-Pierre. & SIRINELLI, Jean-François.(orgs.). Por uma História Cultural. Lisboa: Estampa, 1998.

SOBRINHO, Barbosa Lima. *A Presença de Alberto Torres*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

TOLEDO, Edilene Teresinha. *O sindicalismo revolucionário em São Paulo e na Itália: circulação de ideias e experiências na militância sindical transnacional entre 1890 e o fascismo*. Tese (Doutorado em História) – UNICAM, Campinas, 2002.

TRINDADE, Héglio. Integralismo. In. ABREU, Alzira Alves et al (Orgs.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Pós-1930. Volume III. 2ed. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001, p.2807-2814.

VELLOSO, Monica Pimenta. *Levantamento da Revista Gil Blas*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC. mimeo, 1978.

VENTURA, Tereza. *Nem barbárie, Nem Civilização*. São Paulo: Annablume, 2006.

WIAZOVSKI, Taciana. *O Mito do Complô Judaico-Comunista no Brasil: Gênese, Difusão e desdobramentos*. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2008.

## Fontes

A Greve na Central. *Gil Blas*. n. 22. p.10, 10 jul., 1919.

A greve na Leopoldina. *Gil Blas*, n.59, p.4, 25 mar. 1920.

A Política do novo governo. *Gil Blas*, n.22. p.2, 10 jul. 1919;

A posse do Presidente. *Gil Blas*, n. 25. p.10, 31 jul.1919.

A réplica dos triunfadores. *Gil Blas*, n. 23. p.7-8, 17 jul.1919. p.5, 24 jul.1919.

AMADO, Gilberto. O princípio da autoridade. *Gil Blas*, n.57, p.1, 11 mar.1920.

AMARAL, Gastão Franca. A avalanche anárquica ou o novo compressor russo. *Gil Blas*. n. 9, p.5. 10 abr.1919.

CELSO, Afonso. Ação Social Nacionalista: a memorável reunião do dia 13. *Gil Blas*, n.54, pp.1-2, 20 fev. 1920; CELSO, Afonso. Aniversário da Ação Social Nacionalista. *Gil Blas*, n.107, p.1, 24 fev.1921; CELSO, Afonso. Marcos de uma campanha memorável. *Gil Blas*, n.53, p.5, 13 fev.1920; CELSO, Afonso. Três escopos da Ação Social. *Gil Blas*, n.70, p.4, 10 jun.1920.

DELAMARE, Alcebíades. O ensino religioso nas escolas. *Gil Blas*. n.21, p.1, 3 jul.1919; DELAMARE, Alcebíades. Maximalismo de importação. *Gil Blas*. n. 1, p.7, 13 fev.1919; DELAMARE, Alcebíades. Maximalismo de importação-em resposta a Astrogildo Pereira. *Gil Blas*. n. 3, p.5-6, 7 fev.1919.

De Juiz de Fora a S. Paulo de S. Paulo à Bahia-Horizontes nublados. *Gil Blas*, n. 9, p.1, abr.1919.

*Gil Blas* ao público. *Gil Blas*, n.109, p.9, 10 mar., 1921.

JAQUES, Major Cezimbra. Pacificação do obreiro com o capitalista. *Gil Blas*, n.58, p.11, 18 mar. 1920; JAQUES, Major Cezimbra. Pacificação do obreiro com o capitalista. *Gil Blas*, n. 60, p.3, 1 abr. 1920; MACHADO, Paula. Oposicionismo açulado pelos açambarcadores. *Gil Blas*, n.61, p.5, 8 abr.1920.

Momento Social. *Gil Blas*. n. 15, p.11, 22 maio. 1919; Momento Social. *Gil Blas*, n. 15, p.7, 22 maio. 1919.

NAVARRO, Saul. *Gil Blas*. n.22, p.2, 10 jul.1919; NAVARRO, Saul. Gorky. *Gil Blas*, n.29, p.10, 28 ago.1919; NAVARRO, Saul. Quem não trabalha não come! *Gil Blas*, n. 9, p. 5, 10 abr.1919 NAVARRO, Saul. Momento Social- Greve. *Gil Blas*, n.34, p.11, 2 out.1919

O Brasil será isso? *GB*, n. 7, p.1, mar.1919.

OITICICA, José. As afirmações do Sr, Street. *Gil Blas*, n.19, p.10, 19 jun.1919; OITICICA, José. Associação de professores. *Gil Blas*, n. 25. p.5, 31 jul. 1919; OITICICA, José. Consequências. *Gil Blas*, n.22, p. 6, 10 jul.1919; OITICICA, J. Ingênuos. *Gil Blas*, n.18, p.1, 12 jun.1919; OITICICA, José. A Paz. *GB*. n.21. p.3, OITICICA José. Vamos Ver. *Gil Blas*. n.24, p. 6, 24 jul.1919.

Se não sou socialista , ninguém mais longe de o ser. *Gil Blas*. n. 7, p.1, mar.1919.

Reconhecimento do senhor Epitácio Pessoa. *Gil Blas*, n. 23. p.3, 17 jul.1919.

O regresso do novo Presidente. *Gil Blas*, n. 22. p.11, 10 jul.1919.

O regresso do Sr. Epitácio Pessoa. *Gil Blas*, n. 24. p.2, 24 jul. 1919.

SILVEIRA, José Balthazar da Silveira. Ligeiras Considerações. *Gil Blas*, n.28, pp.11-12, 21 ago.1919; SILVEIRA, José Balthazar. Momento Social. *Gil Blas*. n. 21, p.12, 3 jul. 1919; SILVEIRA, José Balthazar da Silveira. No correr da pena. *Gil Blas*, n.44, p.12, 11 dez.1919

VOLGA, A. Momento Social. *GB*. n. 15, p.7, 22 maio. 1919; VOLGA, A. Momento Social. *Gil Blas*. n. 16, p.3, 29 maio. 1919; VOLGA, Alex. Momento Social. *Gil Blas*. n. 19, p.6, 19 jun.1919; VOLGA, Alex. Momento Social. *Gil Blas*, n.35, p.9, 9 out.1919; VOLGA, Alex. Tudo nos une, nada nos separa. *Gil Blas*, n.22, p.10, 10 jul.1919; VOLGA, A. Um exemplo edificante. *Gil Blas*, n. 24, p.4, 24 jul. 1919.

**Recebido em:** 02 de outubro de 2017

**Aceito em:** 27 de novembro de 2017